

Boas notícias: Clube de Paris negocia a dívida e EUA desistem de retaliações.

E, melhor ainda, os credores aceitam a exigência do Brasil: sem monitoramento do FMI.

Alívio no Palácio do Planalto. E em duas altas doses. O Clube de Paris aceita negociar os débitos atrasados do Brasil, sem o monitoramento do FMI (Fundo Monetário Internacional). E os Estados Unidos decidiram não mais adotar retaliações comerciais contra os produtos brasileiros, em represália à Lei de Informática. As boas notícias foram divulgadas ontem, em Brasília, pelo ministro da Fazenda, Dílson Funaro.

A disposição de negociar, sob as condições impostas pelo governo brasileiro, foi manifestada pelo Clube de Paris por intermédio de uma carta, cujo teor foi adiantado ao ministro da Fazenda por telefone. Funaro, por sua vez, dirigiu-se em seguida ao Palácio do Planalto, para uma audiência com o presidente Sarney.

Após uma reunião de cinco horas, na qual examinou com detalhes a situação econômica brasileira, o Clube de Paris decidiu negociar com o Brasil, marcando como data da negociação o dia 19 de janeiro de 1987. O Clube de Paris vinha se recusando a negociar com o Brasil porque o governo Sarney se negava (como ainda se nega) a aceitar um monitoramento do FMI. Ontem, os dirigentes da instituição dos governos dos países envolvidos decidiram aceitar as condições impostas pelo governo brasileiro, exigindo apenas a visita ao Brasil de uma missão de consultas a cada 12 meses, conforme está previsto nos estatutos do Fundo para qualquer país membro.

O Brasil deve atualmente ao Clube de Paris um total de US\$ 9 bilhões de dólares, dos quais US\$ 2,8 bilhões já vencidos e não pagos. Este débito atrasado, referente aos exercícios de 1985 e 1986, é que tem

de ser renegociado no dia 19 de janeiro próximo. Segundo o ministro Dílson Funaro, o Brasil está disposto a pagar até US\$ 800 milhões por ano. Além de acertar o escalonamento dos débitos atrasados, o Clube de Paris vai examinar no dia 19, segundo o ministro, o *modus vivendi* no seu relacionamento com o Brasil para 1987.

A decisão do Clube de Paris de aceitar negociar com o Brasil, disse Dílson Funaro, tem duas consequências importantes: a primeira abre novamente ao Brasil as linhas de crédito comercial dos Exim-banks destinadas ao financiamento das importações do País; a segunda facilita enormemente as negociações da dívida externa brasileira com os bancos privados estrangeiros, que é o que mais interessa ao Brasil. "É como se recebessemos um aval do Clube de Paris", esclareceu Funaro.

O ministro da Fazenda informou, em seguida, que vai esperar até o resultado da negociação com o Clube de Paris, no dia 19 de janeiro, para deslançar as negociações com os bancos privados no Exterior. O total da dívida externa brasileira atualmente situa-se ao redor de US\$ 105 bilhões, sendo a maior parte desta dívida com os bancos privados.

Na carta que estão enviando ao governo brasileiro, os dirigentes do Clube de Paris, segundo informou Funaro, assinalam que o Brasil estabeleceu uma situação econômica e financeira sólida no marco de um amplo programa de estabilização. Ele ressaltou que a missão do FMI que esteve em agosto último no Brasil concluiu positivamente sobre o desempenho e o programa de ajustamento da economia do País. Diante disso, confirma

que os países credores estão preparados para renegociar com a delegação brasileira os termos do escalonamento dos débitos em atraso até 31 de dezembro de 1986.

Michel Candessus, presidente do Banco Central francês, foi designado diretor executivo do FMI, por votação unânime dos 151 países membros segundo anunciou ontem a instituição.

Sem retaliações

Funaro disse ontem que a decisão do governo norte-americano de cancelar retaliações havia sido, por sua vez, anunciada nos Estados Unidos, pelo assessor para assuntos de comércio exterior da Casa Branca, Clayton Yeutter — exatamente o homem que ficou encarregado de negociar com a delegação brasileira a questão da política de informática.

O presidente Ronald Reagan, dos Estados Unidos, havia concedido um prazo ao governo brasileiro, até o dia 31 de dezembro, para que o País promovesse alterações na sua política de informática, considerada pelo governo norte-americano como discriminatória para suas empresas. Se até aquela data não houvesse modificações na legislação brasileira que cuida do assunto, os Estados Unidos adotariam, então, represálias comerciais contra os produtos brasileiros. Agora, pouco antes de findar o prazo, e após mais uma reunião entre autoridades dos dois governos para discutir o assunto (realizada em Bruxelas, no último dia 15), o governo norte-americano decide suspender a ameaça. Funaro disse ainda que, para conseguir esta decisão do governo norte-americano, o Brasil não fez nenhum recuo na Lei da Informática.